



EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50840.101978/2020-26

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para regularização ambiental e elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental a BR-158/MT, trecho do contorno leste com 114,5 km para fins de obtenção de Licença de Instalação e autorizações específicas.

2. DEFINIÇÕES INICIAIS

2.1. DENOMINAÇÃO DO EMPREENDIMENTO: Rodovia BR 158/MT - trecho contorno leste, extensão total de 114,5 km.

2.2. TIPOLOGIA: Rodoviário

2.3. TRECHOS: Contorno Leste da Terra Indígena *Marãiwatsédé*, compreendido entre os Km 213,5 e 328,0.

2.4. EXTENSÃO: 114,5 Km.

2.5. GRUPO: Não se aplica.

2.6. JUSTIFICATIVA DE AGRUPAMENTO: Não se aplica.

2.7. PERMITE CONSÓRCIO: Sim.

2.8. JUSTIFICATIVA DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO: Considerando que esta contratação abrange diversidade e multidisciplinaridade, será permitida a participação de consórcios para viabilizar um maior número de interessados no certame e a seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

2.9. PERMITE SUBCONTRATAÇÃO: Sim, limitado a 30% do valor do contrato.

2.9.1. Justificativa: Tendo em vista a multidisciplinaridade dos serviços em pauta, será permitido que a Contratada subcontratante empresas para atividades complementares e acessórias, desde que sejam de sua inteira responsabilidade todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários inerentes à contratação, vedando-se a subcontratação das atividades de coordenação geral e coordenação dos estudos temáticos.

2.9.2. A Subcontratação somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da EPL e não liberará a Contratada de quaisquer responsabilidades técnicas, legais ou contratuais, sendo que a Contratada responderá perante EPL pela parte que subcontratou.

2.9.3. A Contratada deverá apresentar à EPL documentação da Subcontratada, comprovando sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como sua qualificação técnica, conforme a habilitação constante do Edital deste certame, quanto à execução da parcela do serviço subcontratado.

2.10. ORÇAMENTO ESTIMADO: Público, conforme Art. 34, §1º da Lei nº 13.303/2016.

2.11. REFERÊNCIA DE PREÇOS: O orçamento referencial foi elaborado com base na "Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT" (RESOLUÇÃO Nº

11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020), constante no sítio eletrônico do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

2.12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior desconto Inciso II, do Art. 80 do Regulamento de Licitações da EPL.

2.13. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global.

2.14. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: Conforme item 9.7. deste Projeto Básico.

2.15. EXCLUSIVIDADE/BENEFÍCIO ME/EPP (ARTIGO 48, LEI COMPLEMENTAR 123/2006): Não.

2.16. SERVIÇO CONTÍNUO: Não se aplica.

2.17. Fica vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.1. Viabilizar o licenciamento ambiental do empreendimento atendendo aos procedimentos legais, ao TR do IBAMA, bem como aos órgãos envolvidos no procedimento de licenciamento ambiental, para obtenção de Licença de Instalação e autorizações específicas para o contorno leste, referentes ao projeto de implantação do contorno leste da Rodovia BR 158/MT, extensão total de 114,5 km.

3.2. Atender plenamente às diretrizes dos Termos de Referência emitidos pelos órgãos legalmente competentes, IBAMA, IPHAN, FUNAI, ICMBio e Ministério da Saúde, constantes nos Anexos, bem como as diretrizes dos órgãos envolvidos no procedimento de licenciamento ambiental, e às exigências estabelecidas neste Projeto Básico, sendo norteadas pelo cumprimento de toda legislação vigente e pertinente ao tema, visando à consolidação do PBA e Inventário, além das exigências do IBAMA e demais órgãos envolvidos no licenciamento, para obtenção da Licença Instalação e ASV do contorno leste.

4. INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

4.1. Os produtos deverão ser desenvolvidos em estrita observância aos termos de referência integrantes deste Projeto Básico, inclusive quanto à itemização proposta.

4.2. Os produtos serão recebidos mediante Termo de Recebimento Provisório, para realização de *checklist* pela EPL, comprovando o atendimento de todos os itens especificados nos TRs constantes deste Projeto Básico. Somente após o aceite no *checklist*, o produto poderá ser PROTOCOLADO para efetiva análise técnica. Caso seja verificada a inadequação do produto aos TRs constantes deste Projeto Básico, o mesmo será devolvido à Contratada para os devidos ajustes.

4.3. O descumprimento dos prazos estabelecidos pela EPL, por parte da contratada, e das adequações técnicas estabelecidas para execução dos produtos será motivo para aplicação de penalidades, desde que não devidamente justificadas.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. A necessidade de elaboração de estudos ambientais, previamente à expedição da Licença de Instalação e autorizações específicas para as obras de implantação do contorno leste da Rodovia Federal 158/MT, extensão total de 114,5 km, está fundamentada em exigência da legislação brasileira, notadamente na Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90; pelas Resoluções nº 001/86 e nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; e pela Portaria Interministerial nº 060/2015, dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde. As referidas normas decorrem do artigo 225, inciso IV, da Constituição Federal/88, que traz como incumbência do Poder Público *“exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”*.

5.2. A Rodovia BR-158/MT está inserida no rol de empreendimentos prioritários do Governo Federal, conforme o disposto na 10ª Reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 69, de 21/08/2019, convertida no Decreto nº 10.138, de 28/11/2019.

5.3. Nesse contexto, conforme o art. 6º da Resolução nº 1, de 13 de setembro de 2016, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, *“Quando o objeto do contrato o exigir, a licitação dos empreendimentos ficará condicionada, na forma da legislação aplicável, à atestação de sua viabilidade ambiental mediante a expedição da Licença Prévia – LP ou das diretrizes para o licenciamento ambiental.”*

5.4. Assim, compete à Empresa de Planejamento e Logística – EPL, dentre outras atividades, *“obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes; desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes; e acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados”* – artigo 9º, incisos VIII, IX e X, do seu Estatuto Social, motivo pelo qual se justifica a presente contratação.

6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A vigência do contrato dar-se-á após sua assinatura, e o início dos trabalhos dar-se-á com a Ordem de Serviço e a realização prévia de reunião técnica entre as equipes da Contratante e da Contratada, com participação obrigatória da equipe de coordenadores qualificada no certame.

6.2. Caberá à Contratada diagnosticar a área, considerando os meios físico, biótico, socioeconômico e sociocultural, onde se inserem as atividades a serem licenciadas, identificando, caracterizando e avaliando as áreas de influência do empreendimento, considerando todos os aspectos previstos na legislação vigente, resultando em uma planilha que indique todas as demandas necessárias para obtenção da LI do contorno leste com base na legislação ambiental vigente.

6.3. Deverão ser apresentadas propostas de medidas mitigadoras e de controle ambiental, programas ambientais, com base nos estudos ambientais (EIA/RIMA) elaborado para o trecho, considerando a **Licença Prévia Nº 570/2018** do empreendimento Anexo IX (SEI 2924671).

6.4. Os serviços deverão ser desenvolvidos de forma a atender os padrões de qualidade técnica exigidos pela EPL, cumprindo os prazos estabelecidos no cronograma constante da Proposta da Contratada.

6.5. Além do especificado no detalhamento dos trabalhos, a Contratada deverá prever nas ações de trabalho o assessoramento Técnico para EPL. Quando solicitado pela EPL, a Contratada deverá disponibilizar técnicos para assessoramento naquilo que couber, visando atender a realização de reuniões técnicas sobre os estudos elaborados ou condicionantes destes decorrentes junto ao IBAMA e/ou demais órgãos envolvidos no licenciamento.

6.6. A Contratada deverá planejar, realizar e participar de quaisquer oitivas solicitadas pelos demais órgãos envolvidos, as quais deverão ser executadas conforme determinação e procedimentos estabelecidos pelos respectivos órgãos.

6.7. O Escopo Geral dos trabalhos devem seguir as fases discriminadas no item 7 obedecendo ao que estabelece o Termo de Referência do órgão licenciador e os Termos de Referências dos órgãos envolvidos, bem como as diretrizes especificadas neste projeto básico.

6.8. O Detalhamento dos trabalhos está especificado no item 8.

7. O ESCOPO GERAL DOS TRABALHOS

7.1. Elaborar relatório de Planejamento das Atividades para obtenção da LI do trecho do contorno leste.

7.2. Desenvolver as atividades discriminadas abaixo, visando à obtenção da Licença de Instalação (LI) para o trecho do contorno leste:

- a) Realização de 4 (quatro) campanhas de Fauna (TR do IBAMA).
- b) Elaboração do Plano de Ação para o Controle de Malária (PACM).. (TR do Ministério da Saúde).
- c) Elaboração do Plano Básico Ambiental, para fins de requerimento da LI, com base no EIA/RIMA a Licença Prévia Nº 570/2018, além do Projeto Executivo de Engenharia das obras de implantação do trecho.
- d) Elaboração do Inventário Florestal visando à obtenção da Autorização de Supressão da Vegetação – ASV, com base no TR do IBAMA e Projeto Executivo de Engenharia das obras de implantação do trecho.
- e) Elaboração do Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI) para anuência da LI por parte da FUNAI, visando à emissão da LI, conforme diretrizes da FUNAI.
- f) Elaboração e execução dos Estudos Arqueológicos necessários para anuência do IPHAN, órgão interveniente no licenciamento ambiental, visando à emissão da LI para o empreendimento.
- g) Elaboração de relatório técnico para requerimento da Outorga de Direito do Uso de Recursos Hídricos.
- h) Assessoramento Técnico visando o atendimento das condicionantes da LP 570/200, como também aprovação dos Programas Ambientais, PBA, para Obtenção da Licença de Instalação (LI) e aprovação do Inventário Florestal para Obtenção de Autorização de Supressão da Vegetação (ASV), além da aprovação dos Programas Indígenas, PBAI, e Programas Arqueológicos, para fins da anuência dos respectivos órgãos à LI de do trecho.

8. DETALHAMENTO DOS TRABALHOS

8.1. Elaborar relatório de Planejamento das Atividades para obtenção da LI do trecho do contorno leste.

8.1.1. A Contratada deverá elaborar o Relatório de Planejamento considerando em seu escopo as ações e atividades a serem desenvolvidas para elaboração de cada produto a ser entregue, contendo as metodologias específicas e os cronogramas para cada um, de modo a se alcançar o objeto desta contratação, considerando as especificações dos termos de referência do órgão licenciador e os envolvidos no processo de licenciamento, bem como os itens discriminados neste Projeto Básico.

8.2. Desenvolver as atividades discriminadas abaixo, visando obtenção da Licença de Instalação (LI) para o Trecho do Contorno Leste.

8.2.1. Realização de 4 (quatro) campanhas de Fauna (TR do IBAMA)

8.2.1.1. Para realização das campanhas de Fauna, conforme previsto na Instrução Normativa nº 13 de 19 de julho de 2013/IBAMA, a Contratada deverá obter a ABIO junto ao IBAMA para realização do levantamento de fauna.

8.2.1.2. Para tanto, a Contratada deverá submeter à aprovação da GEMAB/EPL e do IBAMA o **Relatório de Reconhecimento de Campo para Validação dos Módulos de Amostragem de Fauna**, contendo registros de incursão a campo para reconhecimento dos locais para provável instalação dos módulos de amostragem para levantamento de fauna, anuência dos proprietários, relatório fotográfico, descrição sucinta das áreas e seu grau de conservação, período de realização dos trabalhos de campo e coordenadas, bem como cronograma preliminar das campanhas.

8.2.1.3. Com a aprovação do **Relatório de Reconhecimento de Campo para Validação dos Módulos de Amostragem de Fauna** pelo IBAMA e com base nesse Relatório, a Contratada deverá elaborar o Plano de Trabalho de Fauna, seguindo as orientações do TR do IBAMA e a Instrução Normativa IBAMA nº 13/2013 e IN nº 08/2017, para fins de requerimento da autorização (ABIO) junto ao IBAMA.

8.2.1.4. Para obtenção da autorização do IBAMA (ABIO) o Plano de Trabalho de Fauna deve conter o seguinte:

- I - Declarações dos proprietários das áreas de soltura manifestando seu aceite em receber animais provenientes de resgates;
- II - Apresentação de toda a documentação da equipe técnica que fará parte do Plano de Trabalho, conforme exigência da legislação;
- III - Cronograma de execução que especifique os prazos das atividades a serem executadas.

8.2.1.5. Após a emissão da ABIO pelo IBAMA, a Contratada deverá protocolar junto à Contratante, uma análise detalhada, na forma de relatório, concordando ou contestando as determinações técnicas e metodológicas advindas do texto da ABIO, para subsidiar a Contratante no diálogo com o IBAMA. A principal finalidade da medida é diagnosticar eventuais discrepâncias que impactem na execução das campanhas.

8.2.1.6. Somente após a emissão da autorização (ABIO) por parte do IBAMA a Contratada estará autorizada a realizar o levantamento de fauna conforme descrito abaixo.

8.2.1.7. O levantamento de fauna deverá ser realizado em quatro (4) campanhas distintas, previamente à emissão da LI, com periodicidade trimestral, observando o TR do IBAMA, como também a Instrução Normativa nº 13/2013 e Instrução Normativa nº 08/2017; ambas do IBAMA; bem como o Plano de Trabalho aprovado pelo IBAMA.

8.2.1.8. Caberá à Contratada, além do especificado no TR do IBAMA, apresentar as potenciais áreas de soltura e suas respectivas justificativas, por meio de mapeamento dos principais fragmentos, corredores ecológicos e corpos hídricos, que possam dar suporte aos possíveis animais relocados e provenientes do afugentamento.

8.2.1.9. Para fauna atropelada Caberá a Contratada atender ao especificado no TR do IBAMA prevendo a utilização do Programa SIRIEMA, conforme especificado no item "Metodologia", com o intuito de identificar trechos na rodovia que apresentem as características a seguir:

8.2.1.10. maior mortalidade de fauna por atropelamentos;

- I - estimativa de mortalidade com base na capacidade de detecção e de remoção de carcaças;
- II - simulação de padrões espaciais de mortalidade; e
- III - indicação dos locais para as medidas mitigadoras por atropelamento.

8.2.2. **Elaboração do Plano de Ação para o Controle de Malária (PACM)**

8.2.2.1. PACM é o documento que será protocolado na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde para que esta emita o Atestado de Condição Sanitária (ATCS).

8.2.2.2. Para tanto, a empresa contratada deverá elaborar o PACM com base na Avaliação do Potencial Malarígeno e Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno exigido para fase de LP do empreendimento.

8.2.2.3. O PACM deverá ser constituído do planejamento das atividades voltadas para o controle da malária e de seus vetores nas diversas fases da atividade ou empreendimento, de modo a prevenir, eliminar ou controlar os fatores da transmissão da malária, surgidos ou potencializados, conforme orientações do Termo de Referência da Portaria Interministerial nº N-60.

8.2.3. **Elaboração do Plano Básico Ambiental, para fins de requerimento da LI, com base no EIA/RIMA, na Licença Prévia Nº 570/2018, além do Projeto Executivo de Engenharia das obras de**

implantação do trecho.

8.2.3.1. A Contratada deverá elaborar de forma detalhada dos Programas Ambientais, integrantes do Projeto Básico Ambiental – PBA, em caráter executivo, conforme proposto no EIA e aprovados pelo IBAMA/IPHAN/FUNAI/MS.

8.2.3.2. O PBA de natureza técnica deverá ter a finalidade de definir e detalhar os programas ambientais de controle, mitigação, compensação e monitoramento, com caráter executivo, a serem implantados simultaneamente ao desenvolvimento das atividades previstas no projeto de engenharia.

8.2.3.3. Deverá considerar a legislação e normas técnicas aplicáveis nas fases de elaboração, execução e operação, inclusive as relativas ao uso e ocupação do solo e à preservação de recursos naturais e ambientais.

8.2.3.4. Os Programas deverão contemplar nas áreas de influência do empreendimento, os equipamentos públicos e privados disponíveis que possam ser utilizados na execução dos mesmos, tais como: hospitais, escolas, aterros sanitários, centros de triagens, cooperativas, clínicas veterinárias, veículos de comunicação, organizações empresarias, dentre outros.

8.2.3.5. Os programas relacionados à arqueologia deverão ser apresentados nos moldes do Art. 5º, inciso IV, da Portaria nº 07/88 do IPHAN e atendendo os preceitos previstos na Instrução Normativa nº 001/2015.

8.2.3.6. Os programas relacionados ao Componente Indígena deverão ser apresentados conforme orientações da FUNAI e da EPL, a serem detalhados nos Programas Indígenas do Projeto Básico Ambiental – PBA.

8.2.3.7. Os Programas Ambientais a serem apresentados no PBA devem se pautar nos impactos ambientais identificados no Estudo de Impacto Ambiental.

8.2.3.8. Outros planos e programas poderão ser indicados pelo IBAMA e pelos órgãos envolvidos, caso julguem necessário.

8.2.3.9. Todas as complementações exigidas pelo IBAMA e pelos órgãos intervenientes deverão constar nesse produto contendo a estrutura indicada abaixo.

8.2.3.10. Os Programas Ambientais a serem elaborados neste PBA deverão conter a estrutura indicada a seguir:

I - **Justificativa:** Descrever quais os impactos resultantes do empreendimento que podem ser minimizados, evitados ou compensados com sua implementação.

II - **Objetivos:** Explicitar o objetivo geral do Programa, bem como seus objetivos específicos, que deverão demonstrar o alcance do objetivo geral e deverão ser definidos para cada etapa do Programa, quando couber.

III - **Metas:** Apresentar metas, que deverão ser vinculadas aos objetivos específicos e ser mensuráveis no monitoramento do programa.

IV - **Indicadores:** Dever-se-á considerar sua representatividade e sensibilidade às mudanças, objetivando medir a eficiência do programa durante o desenvolvimento da atividade.

V - **Público – Alvo:** Identificar o público-alvo a ser atingido com o Programa.

VI - **Metodologia e Descrição do Programa:** Descrever o modo como será desenvolvido o Programa, explicitando claramente seus métodos e técnicas específicas.

VII - **Etapas de Execução:** Descrever as etapas que compõem o Programa.

VIII - **Inter-relação com outros Planos e Programas:** Quando houver interação entre Programas, esta e seu grau de interferência para o alcance dos objetivos deverão ser

explicitados, sempre que couber.

IX - **Atendimento a Requisitos Legais e/ou outros Requisitos:** Todos os Programas deverão considerar os requisitos legais, bem como normas e diretrizes aplicáveis. O atendimento aos requisitos deverá fazer parte dos objetivos do Programa.

X - **Recursos Necessários:** Descrever os recursos físicos e humanos necessários para cada atividade que compõe um programa ou plano.

XI - **Cronograma Físico:** Detalhar as ações a serem implementadas em cada etapa do Programa.

XII - **Acompanhamento e Avaliação:** Estabelecer procedimentos para o acompanhamento e avaliação do desempenho no cumprimento do Programa.

XIII - **Responsáveis pela Implementação do Programa:** Especificar os responsáveis pela implementação do Programa, incluindo as instituições envolvidas.

XIV - **Responsáveis Técnicos:** Apresentar, sempre que disponíveis, os responsáveis técnicos pelo Programa, bem como a equipe técnica, indicando a área profissional de atuação.

XV - **Bibliografia:** Relacionar a bibliografia utilizada na elaboração do Programa.

8.2.3.11. A seguir, é apresentado o conjunto mínimo de programas ambientais que deverão ser elaborados para composição do PBA. Além das recomendações descritas acima e abaixo, a Contratada deverá seguir as orientações discriminadas na LP 570/2018, referente elaboração do PBA no que concerne aos meios Físico, Biótico e Socioeconômico.

I - **Programa de Gestão e Supervisão Ambiental**

a) Tem como objetivo dotar o empreendimento de mecanismos que garantam a correta condução do componente ambiental das obras no que diz respeito ao gerenciamento e supervisão ambiental, medidas para a mitigação dos impactos que não podem ser evitados, além da execução dos programas ambientais.

b) Devem existir ferramentas capazes de contribuir com os registros e acompanhamento sistemático de todas as ações referentes à condução da obra quanto aos componentes de responsabilidade da(s) construtora(s), ao licenciamento ambiental, ao cumprimento das condicionantes das licenças, às interferências ambientais diversas, além do acompanhamento de cronogramas e itens de serviços do componente ambiental.

II - **Programa Ambiental de Construção – PAC**

a) O Programa Ambiental da Construção se propõe a implantar ações preventivas à degradação ambiental, concomitantemente à implantação do empreendimento e a recompor, quando possível, todas as áreas impactadas pelas intervenções sobre o meio ambiente.

b) Seu objetivo principal é o de evitar ou minimizar os impactos ambientais potenciais decorrentes das etapas da implantação da obra, assegurando a execução da obra atendendo as normas de segurança no que se refere aos serviços a serem executados e demais da ABNT pertinentes.

c) Constitui-se de um conjunto de ações para a execução sustentável do empreendimento, apresentando os critérios e as técnicas básicas a serem empregadas durante a construção do empreendimento.

d) Compõem esse programa o Subprograma de Monitoramento dos Impactos, o Subprograma de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos, o Subprograma de

Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, o Subprograma de Controle e Monitoramento de Poluentes Atmosféricos e Ruído, o Subprograma de Segurança e Sinalização Viária e o Subprograma de Minimização de Supressão de Vegetação.

III - Subprograma de Monitoramento dos Impactos

a) Preliminarmente, a contratada deverá identificar os aspectos ambientais decorrentes das atividades de planejamento, instalação (implantação e desmobilização) e operação. Com base na caracterização de cada impacto e considerando legislação específica e as características da área de implantação do empreendimento, deverão ser determinadas as áreas de monitoramento dos impactos. A metodologia utilizada deverá ser detalhada.

b) Com base na análise do monitoramento dos impactos ambientais, deverão ser estabelecidas medidas controle. A Contratada deverá propor procedimentos visando prevenir os impactos decorrentes da implantação e da operação do empreendimento.

IV - Subprograma de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos

a) Para a elaboração do Programa de Prevenção, Controle e Monitoramento de Processos Erosivos, a Contratada deverá realizar, minimamente, a identificação dos locais com maior suscetibilidade à erosão e das atividades com maior potencial de geração de impactos ambientais, propondo mecanismos que previnam e reduzam a formação de processos erosivos, como também promovam maior controle às atividades de movimentação de terra que porventura exista no contexto da obra e que seja de difícil eliminação, dentre outros. Apresentar cronograma físico das ações a serem executadas.

V - Subprograma de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos

a) O Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá ter como objetivo principal minimização da produção de resíduos sólidos e proporcionar aos resíduos sólidos gerados, manuseio, segregação, coleta e descarte de forma adequada e eficiente, visando ao atendimento à legislação vigente, à proteção dos trabalhadores, à preservação da saúde pública e do meio ambiente.

b) Deve abordar no mínimo a identificação das tipologias dos resíduos gerados, estimativa do volume gerado, segregação dos resíduos, forma de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final.

c) O Gerenciamento de Efluentes terá como objetivo estabelecer as diretrizes para o gerenciamento de efluentes gerados, visando à minimização dos impactos ambientais e ao atendimento à legislação vigente.

d) Devem ser abordados, no mínimo, as fontes geradoras de efluentes, coleta, tratamento, destinação final, monitoramento e controle de efluentes sanitários de instalações fixas (canteiros e pontos de apoio), e os efluentes sanitários.

VI - Subprograma de Controle e Monitoramento de Poluentes Atmosféricos e Ruídos.

a) O Subprograma de Monitoramento e Controle de Emissões Atmosféricas deve propor medidas de controle para a redução e minimização dos impactos causados pela emissão de poluentes atmosféricos, como material particulado proveniente da instalação do empreendimento e da movimentação de máquinas e equipamentos, levando-se em conta as condições climáticas da região e; propor metodologias específicas para o monitoramento e controle das emissões atmosféricas oriundas da queima de combustíveis fósseis dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados na instalação do empreendimento.

b) O Monitoramento e Controle da Geração de Ruídos devem propor ações para monitoramento, redução e prevenção da geração de ruídos, estabelecendo horários para a

circulação de veículos, máquinas e equipamentos nas áreas em que as obras afetarão diretamente aglomerados urbanos e pontos sensíveis.

VII - Subprograma de Segurança e Sinalização Viária.

a) Este subprograma deverá prever ações de segurança e sinalização orientando instalação de dispositivos de sinalização, que deverá seguir orientação do Manual de Sinalização de Obras e Emergências, com a finalidade de orientar, regulamentar e advertir os usuários, de forma a tornar o trecho mais seguro, objetivando melhorar as condições de fluidez e segurança na circulação de veículos, bem como a segurança dos usuários e operários quando em serviço na pista.

b) Deve prever também ações nas áreas de exploração de material e bota-fora, contando com adequada sinalização, informando a origem do material, a licença ambiental emitida e o número de projeto da jazida.

VIII - Subprograma de Minimização de Supressão de Vegetação

a) O Subprograma de Controle da Supressão de Vegetação tem como objetivo adotar medidas preventivas para minimizar a supressão necessária à implantação dos empreendimentos. Para tanto, deverão ser detalhadas as medidas de treinamento da equipe de supressão, delimitação da faixa de vegetação a ser suprimidas, de acordo com os limites definidos em projeto, técnicas de marcação das áreas, metodologias de supressão e exploração e destinação e transporte do material lenhoso resultante.

b) Além das ações gerais dos relatórios de monitoramento, deverá constar no relatório deste subprograma as ações do período, especificando qual foi o treinamento dado, bem como as frentes de supressão abertas, o material lenhoso gerado e sua destinação dada.

IX - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e de Passivos Ambientais

a) Esse programa é composto pelo Subprograma de Recuperação das Áreas de Intervenção de Obras e Subprograma de Recuperação de Passivos Ambientais.

X - Subprograma de Recuperação das Áreas de Intervenção de Obras

a) Para esse subprograma deverá ser previsto em seu escopo a preservação ambiental e a recuperação das áreas degradadas pelas obras, além de uma imposição legal, que definem uma postura condizente com o desenvolvimento sustentado, onde o andamento das obras é tão importante quanto à conservação de recursos naturais.

b) Deverá ter como objetivo geral o estabelecimento de procedimentos e medidas voltadas para a reabilitação das áreas exploradas para a pavimentação da rodovia, visando o restabelecimento das áreas afetadas e resgatando as características paisagísticas originais.

XI - Subprograma de Recuperação de Passivos Ambientais

a) A Contratada deverá apresentar, minimamente, o levantamento georreferenciado dos passivos em formato de fichas, relatório fotográfico e caracterização, classificação e acompanhamento dos passivos. Devem ser apresentados cronograma físico e ações a serem executadas.

b) Deverá propor soluções técnicas mais adequadas para áreas degradadas, constituídas por passivos ambientais deflagrados pela construção e operação da rodovia, ou mesmo por atividades antrópicas, visando atender às exigências da legislação ambiental vigente e levando em conta o aspecto ético que trata da responsabilidade do empreendedor com a preservação dos recursos naturais, de forma a recuperar os passivos ambientais oriundos da implantação e operação da rodovia.

XII - Programa de Monitoramento da Qualidade de Água

a) A Contratada deverá elaborar programa para monitoramento das águas nos corpos hídricos interceptados pelo empreendimento ou tangenciados por este, tendo por indicadores variáveis de natureza físico-química e bacteriológica (referência a CONAMA 357/2005).

b) Devem ser propostas medidas de prevenção/controle a serem adotadas visando à proteção dos cursos hídricos e medidas mitigadoras para o caso de alterações.

XIII - Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais/Plano de Ação de Emergência.

a) O Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais deve apresentar diretrizes para identificação, manejo e armazenamento de produtos e resíduos perigosos. O subprograma também deverá apresentar a proposição de medidas e ações para o correto gerenciamento, evitando os riscos que esses produtos podem trazer ao meio ambiente.

b) Deve propor também ações para monitoramento, redução e prevenção de acidentes com cargas perigosas nos trechos em que há possibilidade de contaminação de rios, reservatórios e mananciais de multiuso, inclusive para abastecimento d'água, bem como em aglomerados urbanos e pontos sensíveis. Deve indicar soluções detalhadas no projeto de engenharia para enfrentar potenciais emergências derivadas de acidentes, e para tanto, deverá elaborar Plano Ação de Emergência (PAE) com respostas rápidas em caso de acidente.

XIV - Programa de Proteção da Fauna

a) Esse programa é composto pelo Subprograma de Monitoramento e Mitigação de Atropelamento de Fauna, Subprograma de Monitoramento e Conservação da Fauna Ameaçada e Subprograma de Afugentamento e Salvamento de Fauna.

XV - Subprograma de Monitoramento e Mitigação de Atropelamento de Fauna

a) Esse Subprograma tem por objetivo apresentar o levantamento e projeto de áreas prioritárias para implantação de instalações mínimas para permitir o fluxo de indivíduos ou grupo de indivíduos, diminuindo o efeito barreira.

b) A passagem de fauna deve ser implantada em locais que sirvam de corredores ecológicos e/ou corredores de remanescentes de vegetação nativa ao longo da faixa de domínio. O tipo de estrutura e o local para passagem de fauna a serem implantados deverão ser justificados tecnicamente.

c) Além disso, deve contemplar ações que minimizem a interferência do empreendimento sobre as comunidades e populações da fauna existente na área de influência, de forma que possa auxiliar a mobilidade e trafegabilidade dos veículos, identificando as espécies afetadas por atropelamentos ao longo da rodovia, o número de animais atropelados os principais trechos com registro de atropelamentos, além do monitoramento dos dispositivos de transposição da fauna e sua efetividade.

XVI - Subprograma de Monitoramento e Conservação da Fauna Ameaçada

a) O Subprograma de monitoramento e Conservação da Fauna Ameaçada deve propor o acompanhamento da história natural das espécies críticas em termos de conservação ambiental, sendo que este deverá ser realizado em longo prazo, de modo a se monitorar as mudanças sobre as comunidade e populações faunísticas sujeitos aos impactos do empreendimento. Posteriormente será essencial criar programas de manejo e conservação das espécies afetadas regionalmente, quanto à perda de diversidade.

b) O Objetivo do presente Subprograma é de monitorar os animais afetados diretamente pelas atividades de implantação da rodovia, com especial destaque para as espécies raras,

bioindicadoras, endêmicas e ameaçadas de extinção, e seus ambientes e sítios reprodutivos.

XVII - Subprograma de Afugentamento e Salvamento de Fauna

a) As operações de afugentamento e resgate de fauna possibilitam ações de manejo das populações animais que podem minimizar o impacto das atividades de supressão de vegetação. Associada ao monitoramento, o resgate e a soltura da fauna terrestre oferecem oportunidade de sobrevivência para os indivíduos atingidos por atividades de desmatamento.

b) O objetivo geral do Subprograma de Afugentamento e Salvamento de Fauna é monitorar os animais nos locais de supressão da vegetação, atuando proativamente para evitar danos aos mesmos, por meio do afugentamento, resgate e soltura.

c) A Contratada deverá mapear as potenciais áreas de soltura e suas respectivas justificativas, prevendo o mapeamento dos principais fragmentos, corredores ecológicos e corpos hídricos, que possam dar suporte aos possíveis animais relocados e provenientes do afugentamento.

d) Deverá ser comprovada a adequação e a suficiência dos locais previstos para recebimento e tratamento de indivíduos debilitados e feridos. A realocação de ninhos e colmeias deverá ser registrada e justificada nos relatórios de monitoramento.

XVIII - Programa de Controle de Supressão de Vegetação

a) Este Programa tem como objetivo geral minimizar os impactos relacionados à supressão da vegetação, promovendo o controle desta atividade.

b) A supressão de vegetação na faixa de domínio da rodovia causará a alteração de habitats, ocasionando a perda de ambientes e também promovendo o surgimento de novos habitats às margens da rodovia. Além disso, outros impactos podem ser relacionados à remoção da cobertura vegetal, como o aumento de processos erosivos, afugentamento e mortalidade de fauna.

c) Dessa forma faz se necessário, além da revegetação com espécies nativas após o término das obras, o estabelecimento de diretrizes e procedimentos para a supressão de vegetação, a fim de minimizar os impactos citados.

d) Esse deverá propor ações durante a fase de implantação do empreendimento, terá como diretriz a redução dos impactos através de atividades preventivas, como a manutenção de corredores ecológicos para a fauna e a flora e a restrição do corte em áreas estritamente necessárias aos serviços a serem realizados.

XIX - Programa de Proteção à Flora

a) Compõem esse programa o Subprograma de Monitoramento da Flora, o Subprograma de Compensação da Flora e o Subprograma de Resgate e Transplante de Germoplasma Vegetal.

XX - Subprograma de Monitoramento da Flora

a) O Subprograma de Monitoramento da Flora deverá prever em seu escopo a avaliação permanente do estado da cobertura vegetal remanescente, bem como da evolução pós-instalação do empreendimento em termos de biodiversidade e de processos ecológicos com fragmentos adjacentes, considerando-se quantidade e qualidade das espécies dos ambientes monitorados.

XXI - Subprograma de Compensação da Flora

- a) No caso de supressão de vegetação tanto de APPs quanto das demais áreas, devem-se estabelecer neste subprograma todos os critérios de seleção de locais potenciais para plantios compensatórios.
- b) Este subprograma deve conter, no mínimo, os seguintes itens: lista de espécies de flora a serem plantadas considerando os levantamentos do EIA/RIMA; seleção de locais prioritários para os plantios considerando os municípios onde haverá a supressão; plano de plantio para APPs; e planos de plantio para as demais áreas.

XXII - Subprograma de Resgate e Transplante de Germoplasma Vegetal

- a) O Subprograma de Resgate e Transplante de Germoplasma Vegetal tem como objetivo definir diretrizes para o resgate de flora ameaçada, endêmica ou mesmo com potencial de fragilidade, caso seja registrada sua ocorrência, para garantir a manutenção da diversidade da flora local. Para tanto, deverão ser realizadas coletas de plântulas, propágulos e sementes em um período anterior à supressão.
- b) Além das espécies arbustivas, o resgate e translocação de epífitas (sejam orquidáceas, bromeliáceas ou cactáceas), geralmente espécies de grande fragilidade e indicadoras da qualidade do ambiente, permite a manutenção da diversidade local.

XXIII - Programa de Comunicação Social

- a) A implantação do Programa de Comunicação Social visa criar um canal de comunicação entre o empreendedor e as comunidades direta e indiretamente atingidas e beneficiadas pelo empreendimento, de modo a mantê-las informadas das atividades desenvolvidas ao longo do planejamento e execução das obras, o que vem a sanar dúvidas, minimizar as expectativas negativas em relação ao empreendimento, assim como maximizar os impactos positivos.
- b) Em suma, a execução do Programa de Comunicação Social é um instrumento pelo qual se demonstram às comunidades envolvidas os aspectos relevantes do empreendimento em suas fases de planejamento, instalação e operação, assim como suas perspectivas econômicas, implicações sociais e ambientais.
- c) Esse Programa deve apresentar a seguinte estrutura mínima: apresentação, público-alvo, metodologia, periodicidade, meios de comunicação, metas, detalhamento das ações, avaliação e monitoramento, equipe técnica necessária à execução do programa e cronograma de execução.

XXIV - Programa de Educação Ambiental

- a) Em processos de licenciamento ambiental, têm-se amparado pela legislação as práticas de educação ambiental não formal, das quais se resumem para o empreendimento em questão, como sendo as ações educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua participação na defesa da qualidade do meio ambiente.
- b) Fazem parte desse programa os seguintes subprogramas: Subprograma de Educação Ambiental para os Trabalhadores e Subprograma de Educação Ambiental para as Comunidades

XXV - Subprograma de Educação Ambiental para os Trabalhadores

- a) O objetivo da implantação desse subprograma é o desenvolvimento de ações junto aos colaboradores da obra, no que diz respeito à sensibilização em prol da prevenção, da identificação e da solução de problemas ambientais utilizando-se da compreensão integrada dos aspectos do meio ambiente.

b) Deve abordar, no mínimo, os seguintes itens: apresentação, diagnóstico participativo, público-alvo, metas, detalhamento dos projetos e ações, avaliação e acompanhamento, equipe técnica necessária à execução do programa e cronograma de execução.

XXVI - Subprograma de Educação Ambiental para as Comunidades

a) O objetivo da implantação desse subprograma é o desenvolvimento de ações junto à comunidade da área de influência do empreendimento, no que diz respeito à sensibilização em prol da prevenção, da identificação e da solução de problemas ambientais utilizando-se da compreensão integrada dos aspectos do meio ambiente.

b) Deve abordar, no mínimo, os seguintes itens: apresentação, diagnóstico participativo, público-alvo, metas, detalhamento dos projetos e ações, avaliação e acompanhamento, equipe técnica necessária à execução do programa e cronograma de execução.

XXVII - Programa de Indenização, Reassentamento e Desapropriação.

a) O Programa de Indenização, Reassentamento e Desapropriação deverá promover um diagnóstico de situação dos bens imóveis, benfeitorias e situação socioeconômica das pessoas atingidas pelo projeto, que estejam situadas dentro dos limites da faixa de domínio do empreendimento.

b) O programa deve ser capaz de quantificar e localizar as áreas e bens sujeitos à desapropriação e desocupação, apresentando um retrato fidedigno da situação imobiliária, e de ocupação, estimando os custos necessários para a conclusão da expropriação.

c) Uma vez identificados os bens que serão desapropriados e desocupados, deverá ser apresentado também, um cadastro socioeconômico das populações que serão diretamente atingidas pelo projeto, destacando-se nos relatórios, os casos que impliquem em atingimento de moradias e comércios.

d) O Programa deve ser capaz de identificar as principais dificuldades e riscos para a fase de implantação do empreendimento, sob a ótica das Desapropriações, Reassentamentos e Indenizações.

XXVIII - Programa de Prevenção e Controle de Endemias

a) O Programa de Prevenção e Controle de Epidemias deve ir além do conceito inicial. Deve agregar e detalhar atividades/ações preventivas de reconhecida eficácia na prevenção de epidemias e que devem ser implantadas ou intensificadas principalmente na execução das obras de pavimentação. Deve apresentar também as ações corretivas que devem ser realizadas.

b) O objetivo geral é desenvolver ações de prevenção e controle de processos epidêmicos de forma a reduzir as doenças endêmicas e diminuir a incidência relacionada a possíveis epidemias, causada principalmente pelas obras

XXIX - Programa de Regulamentação e Controle da Faixa de Domínio

a) As obras de pavimentação da BR-158 se desenvolverão predominantemente no interior da faixa de domínio atual. A regularização desta e a possível necessidade de reassentamento de famílias atingidas justificam a necessidade do desenvolvimento deste Subprograma.

b) Assim esse programa deverá prever em seu escopo ações para que o processo de reassentamento e/ou remuneração das famílias afetadas pelas obras ocorra de modo a atender à legislação vigente, visando uma melhoria da qualidade de vida destas famílias.

c) Dentro do contexto das obras de pavimentação, cabe a este Programa propor ações que regulem e controlem as atividades na faixa de domínio. Os principais aspectos levados em

consideração na elaboração são o ordenamento do uso do solo na faixa de domínio e a regulamentação e controle de acessos diretos à rodovia, além de cumprir com o monitoramento e controle ambiental.

d) Ações nesse programa devem zelar pela manutenção da conformidade legal às questões ambientais, vinculadas à implantação e à operação da rodovia, de acordo com a Política Ambiental e compromissadas com os órgãos gestores da Política Nacional do Meio Ambiente.

8.2.4. Elaboração do Inventário Florestal visando à obtenção da Autorização de Supressão da Vegetação – ASV, com base no TR do IBAMA e Projeto Executivo de Engenharia das obras de implantação do trecho.

8.2.4.1. Caberá a Contratada a elaboração do Inventário Florestal necessário à obtenção da Autorização para Supressão de Vegetação – ASV, atendendo ao TR do IBAMA, Anexo, e as determinações constantes neste Projeto Básico, bem como as condicionantes constantes na LP referentes ao tema.

8.2.4.2. O Inventário Florestal é indispensável para subsidiar a concessão de Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), requerida no âmbito do processo de licenciamento ambiental, devendo na sua elaboração, ser observada a legislação ambiental vigente, entre elas a Lei nº 6.938/81 e seus regulamentos, as resoluções do CONAMA que tratam do assunto, a INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 6, DE 7 DE ABRIL DE 2009 e o termo de referência para Elaboração de Inventário Florestal do IBAMA, ANEXO.

8.2.4.3. Na elaboração do Inventário Florestal, a Contratada deverá abranger como área de estudo toda a faixa de domínio do empreendimento, tanto a atual, quanto a projetada, incluindo as áreas de preservação permanente – APPs, as árvores de espécies exóticas, quando existentes.

8.2.4.4. Caberá à contratada a realização do censo dos indivíduos isolados e estimativa das espécies ameaçadas de extinção e legalmente protegidas, quando existentes, dentre outros aspectos, objetivando a obtenção das Autorizações para Supressão de Vegetação – ASV.

8.2.4.5. A seguir os itens mínimos que deverão constar no estudo:

I - Caracterização da área de interesse

a) A Contratada deverá apresentar a caracterização da área de interesse, a delimitação dos fragmentos a serem suprimidos, considerando as espécies nativas e exóticas que se localizem na faixa de domínio; ou em outras áreas públicas; ou a serem desapropriadas; ou objeto de intervenções. Estratificar, mapear e quantificar separadamente as diferentes tipologias vegetacionais encontradas e seus respectivos estágios sucessionais e densidades arbóreas associando-as com as informações do meio físico, delimitação de APPs e caracterização da vegetação (florística, fitossociologia).

b) Deverão ser levantadas as áreas onde estão previstas intervenções como obras de arte especiais – OAE e obras de arte correntes - OAC.

II - Planejamento do trabalho de campo

a) A Contratada deverá anteriormente à incursão a campo, realizar uma prévia mensuração das áreas de fragmentos florestais e sua localização em mapa. Durante os trabalhos em campo, deverão ser aferidos os dados e identificadas as unidades amostrais para levantamento de dados primários. A localização dessas unidades deverá ser realizada utilizando mapa base, em escala mínima de 1:5.000 contendo localização das cidades, estradas, cursos d'água e áreas de vegetação natural, além da localização do empreendimento.

b) Deverá ser realizada a caracterização individual de cada APP a sofrer intervenção, na qual deverá constar a apresentação de mapa com a quantificação da vegetação, discriminando-se a área ocupada e o volume em cada tipologia. Independentemente de seu estágio de conservação, deverão ser caracterizadas, mapeadas e amostradas todas as Áreas de Preservação Permanente (APP), destacando a importância das exigências da Resolução CONAMA nº 369/06 quanto à supressão de vegetação em APP.

III - Coleta dos dados no campo

a) Para definição da alocação das unidades amostrais, deverá ser percorrida toda a área, selecionando todos os estratos identificados e mapeados previamente, considerando os diferentes estágios sucessionais, densidades arbóreas e estado de conservação.

b) Em ambientes florestais devem ser inventariados todos os indivíduos arbóreos com o Diâmetro à Altura do Peito - DAP, a 1,30 m do solo, igual ou superior a 5 centímetros, de modo a compor uma lista de espécies contendo, pelo menos, o nome vulgar, o nome científico, o diâmetro à altura do peito e a altura total e altura comercial.

c) Em ambientes savânicos devem ser inventariados todos os indivíduos arbóreos com o Diâmetro à Altura da Base - DAB, a 0,30 m do solo, igual ou superior a 5 centímetros, de modo a compor uma lista de espécies contendo, pelo menos, o nome vulgar, o nome científico, o diâmetro à altura do peito e a altura total e altura comercial.

d) Deverá ser elaborada uma listagem das espécies protegidas por lei a serem preservadas na área (espécies florestais contidas na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção). O inventário florestal deverá ser entregue impresso e em meio digital com a apresentação dos dados brutos coletados em campo em planilha em formato Microsoft Excel.

IV - Processamento dos dados coletados

a) Os dados coletados em campo serão utilizados para o cálculo dos volumes totais e do potencial de utilização como lenha, estacas e toras (inventário florestal). Os dados também devem ser utilizados para a avaliação de parâmetros fitossociológicos, relacionados a cada espécie, como densidade, abundância e dominância, de modo a possibilitar o cálculo dos Índices de Valor de Importância (IVI) e de Valor de Cobertura – (IVC).

b) A Contratada deverá apresentar, para cada estrato identificada no estudo, discussão acerca da comprovação da suficiência amostral dos levantamentos florísticos e fitossociológicos, além da apresentação da curva do coletor e curva de rarefação, que deverá apresentar nítida tendência à estabilização.

c) De acordo com o TR do IBAMA ANEXO, deve-se considerar para o inventário florestal o erro amostral máximo de 20%, com 95% de significância. No caso de ocorrência de indivíduos isolados, deverá ser realizado censo como metodologia para a quantificação do volume lenhoso.

d) A amostragem deve ser baseada em metodologia consagrada em literatura, adotando-se as melhores práticas para se atingir o erro amostral requerido, incluindo-se a adoção de amostragem estratificada, quando couber.

V - Elaboração do relatório técnico

a) O relatório técnico deverá conter uma descrição do trabalho abordando os seguintes elementos:

- Título do estudo;
- Identificação da empresa responsável pelo estudo;

- Equipe técnica (nome, registro no conselho de classe e responsabilidades no estudo);
- Objetivo / Finalidade do estudo;
- Materiais e métodos – Inventário/Fitossociologia/Florística;
- Caracterização da área de estudo;
- Diagrama unifilar do trecho, incluindo áreas de apoio do projeto;
- Croqui do local para a supressão da vegetação especificando as tipologias e seus estágios sucessionais, e localização das unidades amostrais, na escala mínima de 1:5.000;
- Planilha com os dados brutos de campo;
- Relatório fotográfico associando ao local da supressão a ser executada;
- Resultados e discussão;
- Considerações finais; e
- Referências bibliográficas.

8.2.5. **Elaboração do Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI) para anuência da LI por parte da FUNAI, visando à emissão da LI.**

8.2.5.1. Para a elaboração do (PBAI) necessário se faz a entrada da Contratada em Terra Indígena, a qual só é possível mediante autorização da FUNAI. Para tanto a Contratada deverá elaborar o **Plano de Trabalho** com o objetivo de subsidiar a emissão da autorização da FUNAI para o ingresso nas terras indígenas, e, conseqüentemente, dar início aos trabalhos de elaboração do PBAI, conforme especificado no Termo de Referência da FUNAI.

8.2.5.2. Para elaboração do PBAI, a contratada deverá detalhar as medidas para a mitigação e o controle dos impactos socioambientais decorrentes do empreendimento, conforme orientações da FUNAI e da EPL.

8.2.5.3. Além do PBAI, contratada deverá também elaborar um relatório que contextualize a caracterização da relação sociopolítica, econômica e cultural do grupo indígena com outros grupos e terras indígenas Xavantes e com outros povos da região, ou justificativas para sua não apresentação, conforme estabelece as condicionantes da LP 570/2018 em anexo, bem como o Ofício 316/2018/CGLIC/DPDS-FUNAI da FUNAI.

8.2.5.4. Ainda em cumprimento a LP 570/2018, deverá apresentar Plano de Trabalho para o detalhamento das medidas de mitigação e compensação voltadas às comunidades indígenas da TI Maraiwatsede.

8.2.5.5. Elaboração do Programa de Gestão e Estudo do Patrimônio Arqueológico e Projeto Integrado de Educação Patrimonial para IPHAN para fins de requerimento da LI do trecho. Para elaboração desse estudo, a Contratada deverá realizar o levantamento e a caracterização do patrimônio histórico e cultural na área de influência direta do empreendimento.

8.2.5.6. A elaboração dos estudos deve seguir este Projeto Básico, o TR do IPHAN, o TR do IBAMA, a Instrução Normativa nº 001/2015 do IPHAN e a Portaria Interministerial nº 060/2015.

8.2.5.7. Devem ser elaborados Programas na forma de projeto de pesquisa nos moldes da Portaria 07/88 do IPHAN, para serem avaliados pelo Instituto e serem integrados ao PBA.

8.2.5.8. As atividades de Educação Patrimonial devem ser realizadas em todas as etapas conforme disposto na Instrução Normativa nº 001/2015 do IPHAN e no TR do IPHAN.

8.2.5.9. Os mapas deverão apresentar escalas mínimas de 1:5.000, garantido visibilidade clara da área e compreensão das legendas. As fotografias utilizadas deverão ser georreferenciadas.

8.2.5.10. De acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 001/2015 do IPHAN, a ação necessária durante o processo de instalação de empreendimentos desta natureza é a implantação de Programa de Resgate dos Sítios Arqueológicos, Programa de Educação Patrimonial e Programa de Monitoramento Arqueológico.

8.2.5.11. Caso necessário, podem ser requisitadas ações complementares de levantamento arqueológico nesse trecho.

8.2.5.12. Deve ser proposta e apresentada a metodologia para a execução das atividades de educação patrimonial nas etapas posteriores junto aos colaboradores do empreendimento e população da área de influência, levando em consideração todos os estudos elaborados e aprovados ao longo do processo de cumprimento da Instrução Normativa nº 001/2015 do IPHAN.

8.2.6. Elaboração de relatório técnico para requerimento da Outorga de Direito do Uso de Recursos Hídricos.

8.2.6.1. Quando necessário, caberá à Contratada providenciar a obtenção da Outorga para Uso de Recursos Hídricos para o empreendimento e para tanto deverá providenciar toda documentação necessária a ser apresentada para o Órgão Federal e/ou Estadual competente, obedecendo aos procedimentos previstos na legislação.

8.2.6.2. O levantamento das informações e a outorga deverão abranger os elementos necessários para a concessão do direito de uso de recursos hídricos e intervenções não consuntivas em cursos d'água superficiais de dominialidade estadual e federal e em águas subterrâneas, pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente e/ou pela Agência Nacional de Águas - ANA.

8.2.6.3. Caso não seja necessário a Outorga de Direito do Uso de Recursos Hídricos para o empreendimento este produto será suprimido do contrato por meio de aditivo de supressão.

9. PRODUTOS E FORMA DE APRESENTAÇÃO

9.1. Caberá ao Fiscal à emissão do CHECK LIST, ACEITE E TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO para os produtos, como instrumentos formais para confirmação da entrega e execução dos PRODUTOS/SERVIÇOS definidos no cronograma físico-financeiro.

9.1.1. A CONTRATADA deverá entregar os PRODUTOS/SERVIÇOS nas condições previstas neste Projeto Básico e seus anexos, e nos prazos previstos no cronograma físico-financeiro.

9.1.2. Os produtos entregues pela CONTRATADA devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues suas versões preliminares, rascunhos e similares.

9.1.3. A CONTRATADA deverá submeter à versão final do PRODUTO em até dois dias úteis antes do prazo final ao fiscal do contrato para conferência de CHECK LIST que consiste no procedimento de verificação preliminar de conformidade do produto aos itens estabelecidos nos Termos de Referência dos órgãos licenciador e envolvidos no processo de licenciamento ambiental, bem como dos documentos específicos exigidos, se for o caso, de acordo com os critérios do Projeto Básico.

9.1.4. Após ser conferido e em concordância com os parâmetros do CHECK LIST, a CONTRATADA fica autorizada a entregar o PRODUTO no Protocolo da EPL. Caso o PRODUTO seja reprovado no CHECK LIST até a data limite de entrega do PRODUTO, conforme cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA entrará em mora.

9.2. Após o protocolo do PRODUTO, o Fiscal providenciará a verificação de conformidade do PRODUTO com os critérios de aceitação especificados no Projeto Básico, podendo solicitar, sem custos adicionais, os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários. Verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

a) a CONTRATADA será convocada pelo fiscal, que informará o fato a GEMAB para acompanhamento, por escrito, por Ofício ou e-mail, a efetuar-los, às suas expensas, em prazo a ser acordado entre a CONTRATADA e a EPL, ou na ausência de acordo, em até 15 (quinze) dias corridos, da data de convocação, prorrogáveis por períodos iguais ou inferiores;

b) realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pela EPL, será emitido um novo Protocolo, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pela EPL; e

c) não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas em até 15 (quinze) dias corridos contados da data da convocação ou no prazo acordado entre as partes nos termos da alínea “a”, o PRODUTO será rejeitado total ou parcialmente, ficando a CONTRATADA sujeita ao processo de apuração de responsabilidade, devendo o fiscal obrigatoriamente notificar a Gerência de Licitações e Contratos.

9.3. A CONTRATADA somente será remunerada pelos serviços efetivamente prestados e aprovados;

9.4. Todos PRODUTOS/SERVIÇOS deverão apresentar alta qualidade compatível com as melhores práticas do mercado, bem como conteúdo e forma compatíveis com a finalidade a que se destinam.

9.5. Deverão ser entregues os seguintes produtos para requerimento da LI do trecho do contorno leste:

9.5.1. **Produto 1:** Relatórios trimestrais do diagnóstico das 4 campanhas de fauna

9.5.1.1. A contratada deverá apresentar 4 (quatro) relatórios, com periodicidade trimestral, conforme especificado no cronograma físico-financeiro anexo.

9.5.1.2. Além disso, deverá Apresentar o Plano de Trabalho de Fauna referente ao estudo da fauna para fins de emissão da ABIO, conforme IN IBAMA nº. 13/2013 e nº 08/2017.

9.5.1.3. Caso necessário, a Contratada deverá apresentar justificativa técnica para a dispensa do estudo da fauna, conforme parágrafo único do Art. 19 da IN 13/2013, como também justificativa técnica para a dispensa do estudo da ictiofauna, conforme Orientações Gerais do TR IBAMA.

9.5.1.4. Os relatórios deverão ser constituídos da consolidação das campanhas anteriores, conforme TR do IBAMA, atendendo as condicionantes da autorização de fauna.

9.5.1.5. Por fim, o relatório final consolidado para encaminhamento ao IBAMA, visando emissão da LI.

9.5.2. **Produto 2:** Relatório do Inventário Florestal para requerimento da ASV

9.5.2.1. Apresentar o Inventário Florestal e demais informações necessárias para concessão de Autorização de Supressão da Vegetação. Para este produto deverão ser considerados todos os normativos legais que tratam do assunto, considerando inclusive a necessidade de estimativa de valores para espécies exóticas às fitofisionomias identificadas, em especial em terras públicas, conforme rege a legislação vigente, além das observações referentes à legislação específica do Estado de Mato Grosso, bem como, quando couber, as considerações dos Órgãos Ambientais de Minas Gerais e Goiás.

9.5.3. **Produto 3:** Relatório do Plano de Ação para o Controle de Malária (PACM)

9.5.3.1. Apresentar relatório da Avaliação do Potencial Malarígeno, contendo todos os itens do TR do Ministério da Saúde.

9.5.4. **Produto 4:** Relatório do Plano Básico Ambiental para requerimento da LI

9.5.4.1. Apresentar o PBA em volume separado contendo os programas indicados pelo IBAMA e demais órgãos envolvidos, além dos propostos no Estudo de Impacto Ambiental – EIA, bem como aqueles especificados na LP. O PBA deve ser apresentado em nível de detalhamento de projeto executivo, contendo, especificação quanto ao transporte adequado, equipamentos de apoio, destinação final e tratamento

quando recomendado, metodologias, recursos diversos necessários a sua execução, cronograma, equipe técnica e de apoio, conforme detalhado neste Projeto Básico, dentre outros que Contratada achar necessário.

9.5.5. Produto 5: Relatório do Projeto Arqueológico visando anuência do IPHAN para LI

9.5.5.1. Apresentar o relatório das atividades das pesquisas arqueológicas previstas, incluindo as ações de Educação Patrimonial, conforme este Projeto Básico, a Portaria Interministerial nº 060/2015 e a Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015.

9.5.5.2. Todas as ações realizadas, sejam as atividades de campo, laboratoriais e de educação patrimonial; deverão ser fotografadas e georreferenciadas. As pesquisas de campo deverão ser apresentadas em formato digital em mapas com boa resolução em escala 1:5.000 ou maior, contendo todos os pontos de sondagem, caminhamentos, ocorrências e sítios arqueológicos. Os arquivos shapefile devem ser disponibilizados, fazendo parte do relatório.

9.5.6. Produto 6: Relatório do Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI)

9.5.6.1. Apresentar o Plano de Trabalho Indígena, conforme especificado no Termo de Referência da FUNAI, para obtenção da autorização da FUNAI visando à entrada da Contratada em Terras Indígenas para elaboração do PBAI.

9.5.6.2. Para elaboração do Plano de Trabalho Indígena, a Contratada deverá entrar em contato com a FUNAI e solicitar as diretrizes para a elaboração do Plano de Trabalho Indígena.

9.5.6.3. Após os trabalhos de campo apresentar o PBAI em volume separado contendo os programas indicados pela FUNAI e demais órgãos envolvidos, além dos propostos no Estudo de Impacto Ambiental – ECI, bem como aqueles especificados na LP.

9.5.6.4. O PBA deve ser apresentado em nível de detalhamento de projeto executivo, contendo, especificação quanto ao transporte adequado, equipamentos de apoio, destinação final e tratamento quando recomendado, metodologias, recursos diversos necessários a sua execução, cronograma, equipe técnica e de apoio, conforme detalhado neste Projeto Básico, dentre outros que Contratada achar necessário.

9.5.7. Produto 7: Relatório da Outorga de Direito do Uso de Recursos Hídricos para requerimento da LI

9.5.7.1. Apresentar relatório completo para requerimento da outorga junto aos órgãos competentes.

9.5.8. A Contratada deverá disponibilizar técnicos que assessorem a EPL quando da realização de reuniões técnicas sobre os estudos elaborados ou condicionantes destes decorrentes junto ao IBAMA e/ou demais órgãos envolvidos no licenciamento.

9.5.9. A Contratada deverá responder às questões técnicas e complementações solicitadas pela EPL e pelos órgãos licenciador e envolvido e elaborar todas as complementações de estudos requeridas por estes, bem como atender às condicionantes das licenças e autorizações ambientais relativas aos estudos elaborados, em decorrência de insuficiência ou inadequação dos dados apresentados, mesmo que representem novas incursões a campo.

9.6. Forma de apresentação dos produtos:

9.6.1. Os produtos deverão ser entregues em mídia digital (pendrive ou DVD), nos formatos .pdf e .doc, tanto para fins de checklist quanto para fins de análise técnica.

9.6.2. A Contratante poderá exigir vias impressas de quaisquer produtos, caso julgue necessário.

9.6.3. Todos os produtos finais impressos deverão ser assinados pelo coordenador geral e pelos respectivos coordenadores de cada meio.

9.6.4. Os arquivos vetoriais deverão ser entregues no formato kmz/kml e shapefile ou outro formato passível de exportação para o software Esri® ArcGIS® ou compatíveis com o padrão OpenGIS. As imagens georreferenciadas deverão ser entregues em formato GEOTIFF.

9.6.5. Os relatórios que contém dados de campo deverão ser acompanhados de arquivos com os dados em formato editável e as planilhas utilizadas em campo contendo todas as fórmulas abertas.

9.6.6. Após aprovação do PBA e Inventário Florestal pela EPL, estes serão encaminhado ao IBAMA para o atendimento ao TR (IBAMA) e início da análise técnica. Após o aceite do IBAMA, a Contratada deverá imprimir a quantidade de cópias solicitadas pelo IBAMA e encaminhar para os órgãos envolvidos e demais entidades indicadas por este.

9.6.7. A formatação do PBA e do Inventário Florestal deve atender ao Termo de Referência do IBAMA, priorizando a clareza e a estrutura constantes nos termos de referência do IBAMA e dos demais órgãos envolvidos no licenciamento. Os capítulos devem ser ilustrados com figuras, tabelas, mapas e fotos, de modo a facilitar a sua compreensão. Deverão ser utilizados dados de sensoriamento remoto, assim como mapas temáticos de informações ambientais da região, em escala adequada.

9.6.8. Após aprovação do PBAI pela EPL, este será encaminhado à FUNAI para o atendimento ao TR (FUNAI) e início da análise técnica. Após o aceite da FUNAI, a Contratada deverá imprimir a quantidade de cópias solicitadas pela FUNAI e encaminhar para os órgãos envolvidos e demais entidades indicadas por esta.

9.6.9. Após aprovação do Projeto Arqueológico pela EPL, este será encaminhado ao IPHAN para o atendimento ao TR (IPHAN) e início da análise técnica. Após o aceite do IPHAN, a Contratada deverá imprimir a quantidade de cópias solicitadas pela FUNAI e encaminhar para os órgãos envolvidos e demais entidades indicadas por este.

9.6.10. As localizações geográficas dos pontos ou das áreas devem ser apresentadas em formato de coordenadas geográficas ou UTM (preferencialmente). Para essa última, deverá ser informada a zona ou Meridiano Central.

9.6.11. A elaboração dos mapas temáticos deve seguir os critérios apresentados pelo IBAMA em escala compatível com as áreas de influência direta e indireta estabelecida e considerando os elementos a serem estudados.

9.6.12. Os responsáveis pela elaboração dos estudos ambientais deverão ser apresentados da seguinte forma:

9.6.12.1. Identificação e assinatura do coordenador geral e dos coordenadores temáticos, conforme determina o IBAMA;

9.6.12.2. Apresentação do CTF/IBAMA e das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART de todos os profissionais responsáveis pela elaboração dos estudos, quando couber. Não havendo conselho responsável pela fiscalização do exercício da profissão, a ART poderá ser substituída por “declaração de participação e responsabilidade pelos dados apresentados” dos membros da equipe enquadrados nesta última hipótese.

9.6.12.3. Assinatura de todos os profissionais que participaram do trabalho, em pelo menos uma das cópias dos produtos.

9.7. Os serviços deverão ser executados respeitando-se os critérios de sustentabilidade ambiental indicados abaixo:

9.7.1. Implementar práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral da União, que se encontra disponível para download no seguinte endereço eletrônico: www.agu.gov.br/ecofont.

9.7.2. Adotar o uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios;

- 9.7.3. Adotar prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;
- 9.7.4. Fornecer aos colaboradores os equipamentos de segurança necessários para execução dos serviços (EPI's), bem como uniformes de campo, os quais serão fiscalizados pela EPL;
- 9.7.5. Considerar nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental; e
- 9.7.6. Estimular a troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.
- 9.7.7. Os serviços devem estar aderente à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 9.7.8. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

10. EQUIPE TÉCNICA

- 10.1. Os coordenadores que fazem parte da etapa de habilitação da empresa deverão obrigatoriamente participar da equipe de execução dos serviços objeto desta contratação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente comunicado e autorizado pela EPL.
- 10.2. Documentação para os coordenadores (a ser apresentada junto com os documentos de habilitação):
- 10.2.1. *Curriculum Vitae*, devidamente assinado pelo profissional designado para este cargo, conforme modelo constante do anexo VII (SEI 2924660) deste Projeto Básico, demonstrando a experiência requerida para a função;
- 10.2.2. Diploma de graduação requerido para a função, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC e titulação de especializações ou pós-graduações na formação requerida, emitida por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;
- 10.2.3. Registro no Conselho de Classe competente para sua área de graduação, quando couber;
- 10.2.4. **Declaração** com o seguinte teor: *“Declaro, sob as penas da lei, que executarei o objeto do Edital de RCE nº ____/2020-EPL, do Projeto Básico, do Cronograma, da Proposta da Empresa xxx e sem quaisquer incompatibilidades com outros projetos, em especial aqueles executados no âmbito da EPL”;*
- 10.2.5. Atestados ou certidões indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados/averbados pelo Conselho Profissional competente, quando couber, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços (conforme apresentado na habilitação); e
- 10.2.6. Comprovação de vínculo com a Contratada, que poderá ser das seguintes formas e atendendo os seguintes requisitos:
- I - Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
 - II - Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
 - III - Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

IV - Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente com a sua área de graduação, quando couber, da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como RT, pertinente a função a ser exercida, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Órgão competente; ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, em nome do profissional; ou
- c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- d) Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.
- e) Declaração de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência do profissional a ser contratado.

V - Profissional contratado: contrato de prestação de serviço.

10.3. Alterações da Equipe Técnica:

10.3.1. As alterações na composição da equipe técnica serão possíveis mediante prévia solicitação da Contratada e aprovação formal da EPL; ou ainda quando solicitado pela própria EPL em função da ineficiência ou necessidade da execução dos trabalhos.

10.3.2. Somente será aprovada a substituição de integrantes da equipe dos estudos por outros que, na forma deste Projeto Básico, atendam a legislação vigente e o perfil e funções exigidos para cada cargo.

11. ORGANIZAÇÃO REQUERIDA DA EMPRESA CONTRATADA

11.1. A Contratada deverá considerar em sua estrutura, para execução dos serviços, os seguintes aspectos:

11.2. Constituição de equipe multidisciplinar, responsável pela execução dos serviços, conforme especificado na equipe de referência;

11.3. A efetiva mobilização da equipe, veículos, equipamentos e instalações compatíveis com as planilhas orçamentárias;

11.4. Adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme os sugeridos neste Projeto Básico;

11.5. Prover todos os meios necessários à execução dos serviços, em consonância com o estabelecido na sua Proposta de Preços;

11.6. A empresa deverá manter escritório, veículos, laboratórios e instalações em geral, em número e localização apropriados para o bom desenvolvimento dos serviços, levando em consideração ainda a legislação ambiental e trabalhista; e

11.7. A mobilização da equipe, veículos e instalações da empresa Contratada deverão ser compatíveis com o cronograma dos serviços, em consonância com as orientações e solicitações da EPL.

12. ORÇAMENTO E PREÇO DE REFERÊNCIA E DA DOTAÇÃO

12.1. A metodologia aplicada para estimar o valor desta contratação tomou como referência a “Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020, constante na “Nova Tabela de Consultoria DNIT (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES) de 2020, em conformidade com as disposições do art. 6º, do Decreto nº 7.983/2013 c/c o inc. III, do art. 5º, da IN nº 73/2020-SEGES-ME.

12.2. O custo da diária foi baseado em valores de diárias praticados pelo Governo Federal, conforme especificado no anexo I do Decreto 5.992 de 19/12/2006.

12.3. No orçamento de referência da EPL considera ainda todos os encargos especificados na “Nova Tabela de Consultoria DNIT (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES) de 2020:

12.3.1. O valor máximo da contratação para o objeto é o seguinte:

VALOR MÁXIMO	R\$ 1.275.831,49
---------------------	-------------------------

12.3.2. A planilha de orçamento dos produtos está apresentada no anexo XII (2924680) - PLANILHA DE ORÇAMENTO REFERENCIAL.

12.3.3. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral da União, para o exercício de 2021 e serão solicitados pela Gerência de Licitações e Contratos - GELIC.

12.3.4. Para cobrir as despesas eventuais aditamentos serão emitidas Notas de Empenhos, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas de mesma natureza.

13. HABILITAÇÃO TÉCNICA

13.1. Na fase de habilitação, serão solicitados os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal, na forma da lei, bem como atestados de capacitação técnica da empresa e de qualificação técnica profissional da equipe, conforme a seguir:

13.1.1. Certidão de registro ou inscrição da Empresa Licitante e dos respectivos profissionais detentores dos atestados exigidos neste item 13 do Projeto Básico, na Entidade Profissional competente, com validade na data de apresentação da proposta.

13.1.2. Atestados de Capacidade Técnica da Empresa com preenchimento da planilha conforme modelo do ANEXO VI (2924660), MODELO DE PLANILHA PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA FINS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA E DA EQUIPE TÉCNICA, deste Projeto Básico.

13.1.3. Somente serão consideradas habilitadas para execução do objeto deste Projeto Básico as licitantes que demonstrarem possuir conhecimento compatível, conforme documentação abaixo especificada.

13.1.4. A capacitação técnica da empresa será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

TIPO DE ATESTADO	QUANTIDADE DE ATESTADOS EXIGIDOS
Elaboração de PBA	01
Inventário Florestal	01
Elaboração de PBAI	01
Projeto Arqueológico	01

13.1.5. Observações:

13.1.5.1. Para habilitação técnica da empresa será exigido experiência em elaboração de Plano Básico Ambiental (PBA), Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI), Projeto Arqueológico e Inventário Florestal, para licenciamento de obras rodoviárias ou ferroviárias, com extensão mínima de **55 km**. Cabe destacar que a quilometragem especificada atende a orientação do TCU (Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0) em permitir atestados com extensão de até 50% do total do objeto a ser licitado.

13.1.5.2. A fixação deste limite de atestado é pertinente para o exame da qualificação técnica do licitante, haja vista a natureza e a complexidade técnica do serviço de licenciamento ambiental para empreendimento desse porte. Essa qualificação é necessária para comprovar a experiência da empresa em licenciamento ambiental com um nível de complexidade mínima para a boa execução do objeto.

13.1.5.3. Para a apresentação do atestado do PBA, PBAI, Projeto Arqueológico e Inventário Florestal, será permitido o somatório de até 2 (dois) atestados para o alcance da extensão mínima.

13.1.5.4. Define-se como parcelas de maior relevância e valor significativo da licitação o PBA, PBAI, Projeto Arqueológico e Inventário Florestal, sendo que são exigidos com o critério de extensão mínima, pois, trata-se da atividade que reflete tecnicamente a experiência da licitante necessária para a execução do objeto do presente certame.

13.2. Para o PBA, PBAI, Projeto Arqueológico, Inventário Florestal, a título de qualificação da empresa, deverão ser anexados atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos, quando couber, neles constando os contratos, nomes do contratado e do contratante, manifestação de aceite dos estudos, e discriminação dos serviços.

13.3. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos acima.

13.4. Serão admitidos atestados parciais, para fins de habilitação da empresa, desde que comprovada a execução integral dos estudos que compõe a parcela de maior relevância (PBA, PBAI, Projeto Arqueológico e Inventário Florestal).

13.5. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.

13.6. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da LICITANTE.

13.7. A Qualificação da equipe técnica deverá ser avaliada da seguinte forma, com preenchimento da planilha conforme modelo do ANEXO VII (2924660), MODELO DE CURRÍCULO.

FUNÇÃO	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	TEMPO DE EXPERIÊNCIA
Coordenador Geral Quantidade: 1 profissional	Nível superior	Coordenação: Elaboração de PBAs, PBAI, Projeto Arqueológico e Inventário Florestal, para fins de licenciamento ambiental de rodovias ou ferrovias. Quantidade de Atestados Exigidos: 01	Profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência
Coordenador de Meio Físico Quantidade: 1 profissional	Nível superior	Experiência em elaboração de Programas Ambientais do Meio Físico para fins de licenciamento ambiental de rodovias ou ferrovias. Quantidade de Atestados Exigidos: 01	Profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência
Coordenador de de Meio Biótico	Nível superior	Experiência em elaboração de Programas Ambientais do Meio Biótico para fins de	Profissional com mais de 10 (dez)

Quantidade: 1 profissional		licenciamento ambiental de rodovias ou ferrovias. Quantidade de Atestados Exigidos: 01	anos de experiência.
Coordenador de Meio Socioeconômico Quantidade: 1 profissional	Nível superior	Experiência em elaboração de Programas Ambientais do Meio Socioeconômico para fins de licenciamento ambiental de rodovias ou ferrovias. Quantidade de Atestados Exigidos: 01	Profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência.
Observação: Na fase de habilitação da equipe técnica, não será aceito o mesmo profissional concorrendo para dois cargos de Coordenação.			

13.8. Os documentos hábeis para comprovação da qualificação da equipe técnica são os especificados nos itens 8.2 deste Projeto Básico.

13.9. O tempo de experiência mínima exigido para os Coordenadores que fazem parte da qualificação da equipe técnica, é proveniente da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020), constante da Nova “Tabela de Consultoria (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES) de 2020.

13.10. Os documentos hábeis para comprovação do tempo de experiência profissional da equipe técnica poderão ser certidão e/ou atestados, emitido pelo contratante principal dos serviços (órgão/ente público ou empresa privada), devendo ser juntado à documentação de modo a comprovar a experiência profissional em estudos para licenciamento ambiental.

13.11. Para atendimento ao item a licitante deverá preencher modelo de currículo em ANEXO.

14. LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS/PRAZO DE EXECUÇÃO

14.1. Os serviços serão executados na área que deverá ser estudada e no escritório da Contratada, sendo os produtos entregues à EPL, em Brasília/DF, conforme consta do cronograma físico.

14.2. Fica estabelecido o prazo total de **24 (vinte e quatro) meses** para a execução dos serviços.

15. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Executar os serviços com presteza e qualidade técnica, entregando os produtos em concordância com os requisitos inerentes a cada atividade definida nos itens 6 – Descrição dos Serviços e 7 – Produtos e Forma de Apresentação, deste Projeto Básico, e de acordo com o cronograma físico-financeiro constante da proposta da Contratada.

15.2. Corrigir e complementar os produtos entregues sempre que solicitado pela EPL, pelo IBAMA e pelos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, durante a vigência do contrato.

15.3. Reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem defeitos, ou incorreções que forem detectadas durante a vigência do contrato, cuja responsabilidade lhe seja atribuível, exclusivamente.

15.4. Manter, no quadro de pessoal, equipe de profissionais especializados para execução dos serviços, de acordo com o perfil e funções descritos em sua proposta, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a EPL, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas pertinentes à execução dos serviços.

- 15.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a realização dos serviços contratados, sem que haja prévia e expressa anuência da EPL.
- 15.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento da Contratante.
- 15.7. Manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da prestação dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.
- 15.8. Assim que solicitado pela EPL, a CONTRATADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pela EPL, responsabilizando-se pela confidencialidade das informações também em nome de seus colaboradores.
- 15.9. Participar das reuniões com a EPL sempre que solicitada.
- 15.10. Assumir todos os encargos de possíveis demandas cíveis e penais relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 15.11. Responsabilizar-se pela guarda e proteção dos materiais e equipamentos adquiridos para execução dos serviços, previstos nas planilhas orçamentárias do subprograma de afugentamento e salvamento de fauna e do subprograma de monitoramento de fauna e manejo e conservação da fauna ameaçada.
- 15.12. Não veicular publicidade ou quaisquer informações acerca das atividades objetos deste contrato, sem a prévia e expressa autorização da EPL.
- 15.13. Garantir que a equipe técnica seja alocada de maneira a preservar a rigidez das disposições contidas no Edital, na proposta, no seu Plano de Trabalho e no Cronograma, sem que exista qualquer incompatibilidade com outros projetos, em especial os executados no âmbito da EPL.
- 15.14. Eventuais multas ocorridas devido ao não cumprimento de diretrizes estabelecidas pelo IBAMA e/ou órgãos envolvidos (como mudanças nos módulos de fauna sem prévia autorização do IBAMA) são de responsabilidade da Contratada.
- 15.15. A obtenção dos endossos financeiro e institucional para os estudos de arqueologia são de responsabilidade da Contratada.
- 15.16. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.17. Indicar formalmente preposto para acompanhar a execução contratual.
- 15.18. Responsabiliza-se pela realização, organização e participação nas reuniões públicas, caso sejam solicitadas pelo IBAMA.
- 15.19. Cumprir , dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- 15.20. Prestar serviços de assessoramento à EPL durante todo o processo para a obtenção das Licenças Ambientais especificadas acima e autorizações específicas, dentre eles a disponibilização de técnicos para participação nas reuniões técnicas junto ao IBAMA e demais órgãos envolvidos no licenciamento.
- 15.21. Responsabilizar-se pela realização, organização e participação nas reuniões públicas, caso sejam solicitadas pelo IBAMA e órgãos envolvidos no licenciamento.
- 15.22. Responsabilizar-se por eventuais multas aplicadas, na fase de elaboração dos estudos, devido ao não cumprimento de diretrizes estabelecidas pelo IBAMA e/ou órgãos envolvidos.

16. OBRIGAÇÕES DA EPL

- 16.1. Emitir Nota de Empenho e informar a Contratada sobre a sua emissão.
- 16.2. Atestar a Nota Fiscal apresentada pela Contratada, após receber e aprovar cada produto discriminado.
- 16.3. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da Nota Fiscal emitida pela Contratada, desde que os produtos objeto da Nota Fiscal tenham sido aprovados.
- 16.4. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao cumprimento dos serviços contratados, especificando o detalhamento necessário à sua perfeita execução.
- 16.5. Prestar as informações e esclarecimentos necessários que possam vir a ser solicitados pela empresa Contratada.
- 16.6. Rejeitar no todo ou em parte a prestação dos serviços, em desacordo com as condições e especificações contratuais.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado segundo o Instrumento de Contrato, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da Nota Fiscal emitida pela Contratada, devidamente atestada, quanto aos produtos efetivamente entregues e aprovados pela EPL, conforme cronograma Físico-Financeiro, ANEXO XI (2924678), desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Edital, neste Projeto Básico e na Proposta da Contratada.
- 17.2. O pagamento será creditado em conta corrente da Contratada, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 17.3. Caso a vencedora constituída em Consórcio, informar quando do pagamento o nº do CNPJ e dados bancários responsável pelo recebimento dos créditos (empresa líder). A aludida informação deverá possuir, expressamente, a anuência das empresas constituintes do Consórcio.
- 17.4. Caso sejam verificadas divergências, a CONTRATANTE devolverá o documento fiscal à CONTRATADA ou solicitará a sua correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela CONTRATANTE.
- 17.5. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária.
- 17.6. Nos casos eventuais de atrasos de pagamento por culpa da CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data prevista para o recebimento até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata* tempore mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

VP = Valor da parcela a ser paga.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,0001644
365	365	

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. FISCALIZAÇÃO

18.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo da Gerência de Meio Ambiente da EPL.

18.2. Quando da entrega dos produtos, caberá ao fiscal do contrato:

18.2.1. Verificar no momento da entrega do produto, sua conformidade com o escopo do serviço contratado, bem como o cumprimento do prazo estabelecido para a entrega do mesmo;

18.2.2. Notificar a empresa Contratada da necessidade de alterações e adequações no produto recebido, respeitando os prazos determinados pela fiscalização;

18.3. O descumprimento das condições estabelecidas pelo órgão licenciador na entrega dos produtos poderá acarretar em adequações e/ou complementações, por parte da Contratada, sem nenhum ônus para a Administração;

18.4. Aspectos fundamentais para que o fiscal de contrato possa conduzir eficientemente o processo de fiscalização:

a) conhecer o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando dúvidas com os demais setores responsáveis pela administração, objetivando o seu fiel cumprimento;

b) conhecer os serviços a serem executados;

c) solicitar, quando for o caso, que os serviços sejam refeitos por inadequação ou vícios que apresentem;

d) sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;

e) verificar se a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

f) comunicar à autoridade superior eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto;

g) zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos serviços prestados;

h) acompanhar o cumprimento, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro;

i) estabelecer prazo para correção de pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências inadequadas;

j) realizar as medições dos serviços conforme parecer de avaliação e aprovação nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais; e

k) não receber em mãos as notas fiscais, nem demais documentos, pois os mesmos deverão ser entregues no Setor de Protocolo, ou enviados diretamente no Sistema Eletrônico de Informação – SEI/MINFRA-EPL.

18.4.1. O fiscal deverá ter, em todos os contratos, atenção permanente sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância da legislação em vigor;

18.4.2. O fiscal de contrato é independente e deve ter a responsabilidade de conduzir os trabalhos de acordo com os princípios da Administração Pública. Durante a execução do contrato sempre que necessário o fiscal deve buscar ajuda nas áreas competentes da empresa para serem resolvidas. As questões que extrapolem as suas competências devem ser encaminhadas à autoridade competente, para que possam ser resolvidas, inclusive com relação à aplicação das penalidades previstas em lei; e

18.4.3. Quando realizar reuniões com a Contratada, estas deverão ser documentadas e o fiscal deverá elaborar memórias de reunião que deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: data; nome e

assinatura dos participantes; assuntos tratados; decisões; responsáveis pelas providências a serem tomadas e prazo.

19. **SANÇÕES**

19.1. Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pela EPL ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a licitante ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa:

a) De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida; e
- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.

b) De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- 0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês; e
- 0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite 15% (quinze por cento), em caráter excepcional e a critério da EPL.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

19.2. As penalidades indicadas no item anterior somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada a licitante a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.3. Contra a decisão de aplicação de penalidade, a licitante poderá interpor o recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, na forma e no prazo previsto no Regulamento de Gestão e Fiscalização dos Contratos da EPL.

19.4. A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a extinção do CONTRATO pela EPL, nos termos da legislação aplicável, também assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.5. A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada concomitantemente com as demais penalidades.

19.6. A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos causados a EPL serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos e pela Garantia Contratual, caso haja, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

19.7. No caso de uso indevido de informações sigilosas observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

19.8. No caso de atos lesivos à EPL observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

19.9. A sanção prevista no inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; e
- III - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a EPL em virtude de atos ilícitos praticados.

20. VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. O contrato terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, até a completa execução de seu escopo contratual.

21. REAJUSTE

21.1. O valor do CONTRATO será reajustado a partir de 1 (um) ano da data do orçamento base da EPL, pela variação do índice de Consultoria do DNIT, para serviços de engenharia, obtido pela Fundação Getúlio Vargas FGV – Coluna 39 (Serviços de Consultoria), e publicados na seção de Índices Econômicos da Revista “Conjuntura Econômica.

21.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da licitante.

21.3. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo.

$$R = \frac{I_i - I_0}{I_0} * V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I_0 = Índice de preço correspondente ao mês do orçamento base da EPL

I_1 = Índice relativo ao mês do reajuste

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado

21.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, a CONTRATANTE aplicará o índice vigente, liquidando a diferença correspondente quando da divulgação do índice definitivo.

21.5. Caso o índice estabelecido para aplicação do reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, o índice que vier a ser determinado.

21.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.

22. GARANTIA

22.1. A licitante prestará garantia de 5 % (valor por extenso) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir do primeiro dia subsequente do recebimento da via assinada do CONTRATO, observadas as condições previstas no Edital, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- I - caução em dinheiro;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária.

22.2. A garantia deverá assegurar o pagamento de:

- I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO.
- II - Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.
- III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.
- IV - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

22.3. No caso do Seguro-garantia, deve prever expressamente:

- I - Prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da licitante - ocorrido durante a vigência contratual, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.
- II - Cobertura dos riscos de inadimplemento, pela CONTRATADA, de dívidas de natureza trabalhista e previdenciária.

22.4. O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela EPL.

22.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de sanções prevista neste Projeto Básico.

22.6. Em caso de alteração do valor contratual, utilização total ou parcial da garantia pela EPL, ou em situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo estabelecido no item 22.1.

23. **DA RESCISÃO**

23.1. A inexecução total ou parcial do contrato pode ensejar sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação e no Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL.

23.2. Constitui motivo para a rescisão contratual:

23.2.1. O descumprimento, ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

23.2.2. O atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;

23.2.3. A subcontratação de objeto contratual a quem não atenda as condições de habilitação e/ou sem prévia autorização da EPL;

23.2.4. A fusão, cisão, incorporação ou associação da Contratada com outrem não admitidas no instrumento convocatório e no contrato, e sem prévia autorização da EPL;

23.2.5. O desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou do fiscal do contrato;

23.2.6. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

23.2.7. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

23.2.8. Razões de interesse da EPL, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas em processo interno;

23.2.9. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato, e;

23.2.10. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

23.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

23.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

23.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.3.3. Indenizações e multas.

23.4. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à CONTRATANTE, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

24. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

24.1. O CONTRATO poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

I - As alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO; e

II - É vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas neste documento.

24.2. Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração do Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá à recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

24.3. A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no item anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

24.4. As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento.

24.4.1. As alterações de etapas de execução contratual poderão ser feitas por simples apostilamento, com a anuência da Contratada, desde que não altere a vigência contratual.

25. **DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

25.1. A CONTRATADA, na forma do art. 49 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, cede a EPL e ao PODER CONCEDENTE os direitos autorais patrimoniais relativos aos PRODUTOS resultantes da prestação dos SERVIÇOS NECESSÁRIOS objeto deste PROJETO BÁSICO.

25.2. A EPL e o PODER CONCEDENTE poderão utilizar ou ceder a terceiros os direitos autorais patrimoniais em novos projetos, independentemente da participação da CONTRATADA, sem que haja necessidade de qualquer remuneração adicional.

25.3. Todos os relatórios, análises, memorandos e documentos elaborados pela CONTRATADA poderão ser disponibilizados pela EPL, caso necessário, entre seus funcionários, diretores, consultores, a União, órgãos de fiscalização, regulação e controle interno e externo, mas não poderão ser disponibilizados para terceiros sem o consentimento por escrito da CONTRATADA, salvo relatórios, pareceres, estudos e demais itens dos PRODUTOS a partir do recebimento definitivo pela EPL.

25.4. A EPL se compromete a mencionar o nome do autor dos PRODUTOS sempre que os utilizar.

25.5. A CONTRATADA não poderá utilizar, divulgar ou comercializar tais produtos, salvo mediante prévia e expressa autorização da EPL.

25.6. A CONTRATADA renuncia expressamente aos direitos sobre as planilhas, modelos e demais materiais elaborados no âmbito dos SERVIÇOS NECESSÁRIOS, inclusive aqueles elaborados por prestadores de serviços subcontratados pela CONTRATADA e que sejam empregados como insumo para a elaboração dos SERVIÇOS NECESSÁRIOS.

26. **DA EQUIPE TÉCNICA DE APOIO A COMISSÃO ESPECIAL E GESTOR DO CONTRATO**

26.1. A Equipe Técnica de Apoio a Comissão Especial para realização de licitação na modalidade de Regime de Contratações da Estatal e da comissão de fiscalização serão designados oportunamente pela EPL.

27. **DA MATRIZ DE RISCO**

27.1. MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

27.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO anexa deste Termo.

27.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido no ANEXO VIII - Matriz de Risco.

28. **INTEGRAM ESTE PROJETO BÁSICO, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS**

- I - Termo de Referência IBAMA para Campanhas de Fauna (SEI 2924660)
- II - Termo de Referência do IBAMA para Inventário Florestal (SEI 2924660)
- III - Termo de Referência IPHAN – Portaria Interministerial 060/2015 (SEI 2924660)
- IV - Termo de Referência da FUNAI - Portaria Interministerial 060/2015 (SEI 2924660)
- V - Termo de Referência do Ministério da Saúde (SEI 2924660)
- VI - Modelo de Planilha para Habilitação da Empresa e da Equipe Técnica (SEI 2924660)
- VII - Modelo de Currículo (SEI 2924660)
- VIII - Matriz de Risco (SEI 2924666)
- IX - Licença Prévia nº 570/2018 (SEI 2924671)
- X - Folha de Dados - DNIT (SEI 2924675)
- XI - Cronograma Físico-Financeiro (SEI 2924678)
- XII - Planilha de Orçamento Referencial (SEI 2924680)

29. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

29.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída por meio do Documento de Formalização de Demanda - SEI (2912749), bem como do Despacho 144 (SEI 2919780).

29.2. Após instrução processual, submetemos o presente Projeto Básico, elaborado por esta Equipe de Planejamento da Contratação, à Sra. Gerente de Meio Ambiente, nos termos do inc. VIII, art. 42. Da Lei nº 13.303/2016, c/c o art. 34, do Regulamento Interno de Licitações da EPL, para ciência e posterior envio ao Diretor de Planejamento para, concordando, **aprovar o presente Projeto Básico e encaminhá-lo** à Gerência de Licitações e Contratos, no intuito de dar prosseguimento à contratação.

(Assinado eletronicamente)

CARLOS EDUARDO DE CASTRO

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(Assinado eletronicamente)

CAROLINE MAIARA DE JESUS

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

*(Assinado eletronicamente)***GUSTAVO DE OLIVEIRA LOPES**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

*(Assinado eletronicamente)***LEONARDO SILVA RODRIGUES**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

*(Assinado eletronicamente)***JOSÉ REINALDO LOPES**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

De acordo. Submeto este Projeto Básico ao Sr. Diretor de Planejamento para, concordando, aprová-lo e encaminhá-lo à Gerência de Licitações e Contratos, no intuito de dar prosseguimento à contratação.

*(Assinado eletronicamente)***PAULA DURANTE TAGLIARI**

GERENTE DE MEIO AMBIENTE

APROVO o presente Projeto Básico como proposto, por atender as disposições da Lei nº 13.303/2016, bem como do regulamento de licitações e de gestão e fiscalização da EPL. Encaminhe-se a Diretoria de Gestão para providências de sua alçada.

*(Assinado eletronicamente)***RAFAEL ANTONIO CREN BENINI**

Diretor de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Maiara de Jesus, Coordenador(a)**, em 30/10/2020, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Silva Rodrigues, Assessor Técnico III**, em 30/10/2020, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo de Castro, Assessor Técnico III**, em 30/10/2020, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Oliveira Lopes, Fiscal Técnico**, em 30/10/2020, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Durante Tagliari, Gerente**, em 30/10/2020, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Antonio Cren Benini, Diretor de Planejamento**, em 30/10/2020, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **José Reinaldo Lopes, Assessor Técnico IV**, em 30/10/2020, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2936793** e o código CRC **880727CA**.

1.



Referência: Processo nº 50840.101978/2020-26



SEI nº 2936793

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: (61) 3426-3719 - www.epl.gov.br